

**NARRATIVAS
INTERSECCIONADAS: UM
ESTUDO SOBRE A
RESISTÊNCIA DA MULHER
NEGRA EM IGARAPÉ-MIRI**

**INTERSECTING NARRATIVES: A STUDY ON THE RESISTANCE OF BLACK
WOMEN IN IGARAPÉ-MIRI**

Ciências Humanas, Linguística & Letras e Artes • 23/05/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/779417118](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/779417118)

Ivanda Costa dos Santos¹

José Valdinei Albuquerque Miranda²

RESUMO

O presente artigo analisa as narrativas de resistência de mulheres negras amazônidas no município de Igarapé-Miri, considerando as intersecções entre raça, gênero, classe e território em suas trajetórias de vida. O estudo tem como objetivo compreender as estratégias de resistência construídas por essas mulheres diante das desigualdades sociais e raciais historicamente impostas. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e de campo, desenvolvida por meio de entrevistas e análise das narrativas orientadas pela perspectiva interseccional. A investigação também resultou na produção do documentário *“A resistência da mulher negra em Igarapé-Miri”*, entendido como instrumento de registro e visibilidade social. As narrativas evidenciam que a resistência se manifesta por meio da educação, da valorização cultural, da memória, da coletividade e da ocupação de espaços historicamente negados às mulheres negras. Conclui-se que essas experiências contribuem para fortalecer processos de pertencimento, identidade e transformação social, além de reafirmarem as mulheres negras como sujeitas de conhecimento e resistência.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Mulheres negras amazônidas; Narrativas; Resistência.

ABSTRACT

This article analyzes the resistance narratives of Black Amazonian women in the municipality of Igarapé-Miri, considering the intersections between race, gender, class, and territory in their life trajectories. The study aims to understand the resistance strategies constructed by these women in the face of historically imposed social and racial inequalities. Methodologically, it is a qualitative study of bibliographic and field nature, developed through interviews and narrative analysis guided by the intersectional

perspective. The investigation also resulted in the production of the documentary “The Resistance of the Black Woman in Igarapé-Miri,” understood as a tool for recording and social visibility. The narratives show that resistance manifests through education, cultural appreciation, memory, collectivity, and the occupation of spaces historically denied to Black women. It is concluded that these experiences contribute to strengthening processes of belonging, identity, and social transformation, as well as reaffirming Black women as subjects of knowledge and resistance.

Keywords: Keywords: Intersectionality; Black Amazonian women; Narratives; Resistance.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa propõe uma reflexão acerca das experiências, trajetórias e estratégias de resistência construídas por mulheres negras amazônidas diante das desigualdades sociais, raciais, de gênero e territoriais que atravessam suas vidas. Partindo da compreensão de que as mulheres negras historicamente ocuparam lugares de silenciamento e marginalização, o estudo busca evidenciar como suas narrativas se constituem enquanto práticas de resistência, memória, pertencimento e produção de conhecimento. Nesse sentido, a pesquisa compreende a narrativa como um instrumento político capaz de se desvincular das estruturas coloniais e racistas que, por muito tempo, negaram às mulheres negras o direito de falar sobre si e sobre suas próprias experiências.

O estudo fundamenta-se teoricamente nas contribuições do feminismo negro e da interseccionalidade, dialogando com autoras e autores como Angela Davis, bell hooks, Lélia Gonzalez, Patricia Hill Collins, Kimberlé Crenshaw, Grada Kilomba(2021), Conceição Evaristo

(2020), Nilma Lino Gomes e Edward P. Thompson, cujas reflexões possibilitam compreender as múltiplas opressões que atravessam as experiências das mulheres negras, bem como os processos de resistência e construção identitária presentes em suas trajetórias.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e de campo, realizada no município de Igarapé-Miri. A investigação foi desenvolvida a partir da escuta e análise das narrativas de mulheres negras que compartilharam suas experiências de vida, formação, atuação profissional e resistência. Como instrumento de produção de dados, utilizou-se entrevistas semiestruturadas, posteriormente, foram organizadas por meio da análise narrativa, orientada pela perspectiva interseccional.

Além disso, a pesquisa resultou na produção do documentário “*A resistência da mulher negra em Igarapé-Miri*”, que contou com a participação de seis mulheres negras, compreendido como parte do próprio percurso metodológico e como instrumento de visibilidade social das narrativas produzidas. É válido mencionar que neste trabalho, serão apresentadas a análise de três colaboradoras.

O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar como as experiências de mulheres negras em Igarapé-Miri são atravessadas por diferentes marcadores sociais, como raça, gênero, classe, território e sexualidade, evidenciando as estratégias de resistência construídas em seus cotidianos. De modo específico, busca-se compreender o papel da educação, da memória, da cultura e das práticas sociais na construção de trajetórias de emancipação e enfrentamento às desigualdades historicamente impostas às mulheres negras.

Para melhor organização da discussão, o artigo está dividido em quatro tópicos principais. No primeiro, apresenta-se o percurso teórico-metodológico da pesquisa, evidenciando os caminhos investigativos adotados e os referenciais utilizados. O segundo tópico discute as relações entre feminismo negro e interseccionalidade, destacando as contribuições teóricas fundamentais para a compreensão das experiências das mulheres negras. O terceiro tópico contextualiza historicamente o município de Igarapé-Miri, ressaltando a presença da população negra e os processos de construção territorial e cultural do município. Por fim, o quarto tópico analisa as narrativas das colaboradoras da pesquisa, evidenciando como suas trajetórias revelam práticas de resistência, pertencimento, identidade e enfrentamento às múltiplas formas de desigualdade social.

2. FEMINISMO E INTERSECCIONALIDADE

No cenário contemporâneo, observa-se uma ampliação da presença feminina em diversos espaços sociais, resultado das lutas históricas protagonizadas pelos movimentos feministas e sociais. Contudo, tais conquistas não ocorreram de forma homogênea entre as mulheres, uma vez que as relações de gênero sempre estiveram articuladas a outros marcadores sociais, como raça e classe. A sociedade brasileira foi historicamente estruturada sob bases patriarcais e racistas, que definiram lugares sociais distintos para homens e mulheres, restringindo estas últimas, sobretudo, ao papel de mãe e cuidadora do lar.

O feminismo, enquanto movimento político e social, surge no século XIX com o objetivo de reivindicar direitos civis, políticos e sociais negados às mulheres. No Brasil, as primeiras mobilizações feministas

estiveram fortemente vinculadas às mulheres brancas, escolarizadas e pertencentes às camadas médias e altas da sociedade, que lutavam pelo direito ao voto, à participação política, ao acesso ao mercado de trabalho e à autonomia sobre seus corpos Alves e Alves, (2013). Essas pautas, embora legítimas, não contemplavam as experiências vividas pelas mulheres negras, cujas condições históricas eram marcadamente distintas.

Conforme destaca Angela Davis (2016), desde o período da escravização, as mulheres negras estiveram inseridas no mundo do trabalho, submetidas a jornadas extenuantes, à exploração econômica, à violência física e sexual, além do racismo estrutural. Diferentemente das mulheres brancas, não lhes foi atribuído o ideal de fragilidade feminina, tampouco o lugar de proteção no âmbito doméstico. Assim, enquanto algumas mulheres reivindicavam o direito de trabalhar, as mulheres negras lutavam, antes de tudo, pelo direito à própria existência e dignidade humana.

Essa diferenciação torna-se ainda mais evidente ao considerar as reflexões de Sojourner Truth, cujo discurso evidencia que a categoria “mulher” nunca foi universal. Ao questionar se não era uma mulher?, Truth (1981) expõe como as mulheres negras foram excluídas das concepções hegemônicas de feminilidade, sendo obrigadas a desempenhar trabalhos pesados, suportar violências e sustentar famílias sem qualquer amparo social. Tal perspectiva é retomada por Bell Hooks (2019), quando afirma que o feminismo hegemônico falhou ao não reconhecer que o sexismo, quando articulado ao racismo e à exploração econômica, produz formas específicas de opressão sobre os corpos das mulheres negras.

No contexto brasileiro, Lélia Gonzalez (1984) contribuiu de forma decisiva para a compreensão dessas múltiplas opressões, pois denuncia a articulação entre racismo e sexismo na formação social do país. A autora exemplifica como a mulher negra foi historicamente representada de maneira estigmatizada, associada à subalternidade, à hipersexualização e ao trabalho doméstico, reforçando estereótipos que persistem no imaginário social. Essas representações, longe de serem apenas simbólicas, sustentam práticas concretas de segregação e violência.

A abolição da escravatura, em 1888, não garantiu condições materiais mínimas de sobrevivência à população negra. Sem acesso à terra, à moradia ou ao trabalho digno, homens e mulheres negras foram empurrados para as margens das cidades, dando início à formação de espaços de exclusão social. Carolina Maria de Jesus (1960), ao registrar em seu diário as vivências de uma mulher negra favelada, revela como a miséria, o racismo e o sexismo continuaram a estruturar a vida dessas mulheres, que assumiam, muitas vezes, o papel de provedoras em contextos de extrema precariedade.

Nesse percurso histórico, as mulheres negras desenvolveram estratégias próprias de resistência, construídas a partir da oralidade, da memória, do trabalho, da escrita e da coletividade. Patricia Hill Collins (2016) argumenta que essas experiências geram um conhecimento situado, capaz de desafiar as estruturas de dominação e produzir uma consciência crítica sobre a realidade social. Trata-se de um saber que emerge das vivências concretas das mulheres negras e que precisa ser reconhecido como produção legítima de conhecimento.

Dessa forma, as reflexões sobre interseccionalidade no âmbito do feminismo negro não se configuram como uma simples soma de opressões, porém, como a compreensão de que raça, gênero e classe operam de maneira articulada, produzindo experiências específicas de desigualdade e resistência. Conforme Bell Hooks (2019), o feminismo só se torna um projeto verdadeiramente emancipatório quando reconhece essas múltiplas dimensões, se desvinculando das perspectivas universalizantes e eurocentradas.

Assim, ao considerar as narrativas das mulheres negras, especialmente em contextos periféricos e amazônicos, como Igarapé-Miri, torna-se possível evidenciar formas de resistência que historicamente foram silenciadas. Essas narrativas denunciam as estruturas de opressão e reafirmam a potência das mulheres negras como sujeitas de sua própria história.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, por compreender que este tipo de investigação possibilita apreender sentidos, experiências, memórias e interpretações construídas pelas próprias colaboradoras da pesquisa. Trata-se de um estudo de campo e bibliográfico, ancorado na perspectiva da interseccionalidade, que orienta tanto a construção do referencial teórico quanto a análise das narrativas.

No primeiro momento, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, por meio da consulta a livros, artigos científicos, teses, dissertações e documentos que abordam feminismo negro, interseccionalidade, memória, narrativas e resistência de mulheres negras. Essa etapa foi fundamental para a construção do arcabouço teórico, permitindo a

delimitação do objeto de estudo, a formulação das questões de pesquisa e a compreensão histórica e social do contexto investigado.

Na segunda etapa, desenvolveu-se a pesquisa de campo, realizada no município de Igarapé-Miri (PA), a partir da escuta de duas mulheres negras que compartilharam suas trajetórias de vida, resistência e atuação social. As colaboradoras foram selecionadas considerando suas experiências, atuação comunitária e diversidade de vivências, buscando contemplar diferentes formas de inserção social, política e cultural.

Como instrumento de produção dos dados, utilizaram-se entrevistas semiestruturadas, organizadas a partir de um roteiro com questões norteadoras, permitindo flexibilidade para que as narrativas emergissem de forma espontânea. As entrevistas ocorreram em locais escolhidos pelas próprias participantes, respeitando seus contextos, disponibilidade e conforto.

Mediante consentimento, todas as conversas foram gravadas em áudio e vídeo, possibilitando a transcrição, análise das falas que fizeram parte da produção de um documentário intitulado *A resistência da mulher negra em Igarapé-Miri*, compreendido como parte do próprio processo metodológico, por constituir um dispositivo de registro, visibilidade e devolutiva social da pesquisa. É válido mencionar que o documentário contou com a participação total de seis mulheres, entretanto, para a produção do artigo foi realizado um recorte de três narrativas.

Os relatos foram posteriormente organizados e interpretados por meio de uma análise narrativa, orientada pela perspectiva interseccional, considerando como raça, gênero, classe, território e

sexualidade se articulam nas experiências das colaboradoras. A análise buscou identificar recorrências, singularidades e estratégias de resistência presentes nas trajetórias narradas.

Dessa forma, a metodologia adotada compreende a pesquisa como um processo de escuta, diálogo e construção compartilhada de sentidos, no qual as mulheres participantes são tratadas como sujeitas de conhecimento, cujas vozes fundamentam a reflexão teórica e política proposta neste estudo.

A presente pesquisa ancora-se na perspectiva da narrativa, conforme Thompson (1998), ao compreender que a produção do conhecimento histórico pode e deve partir das experiências de sujeitos situados nas margens sociais, possibilitando a construção de uma “história vista de baixo”. Ao valorizar as narrativas como fontes centrais da investigação, este estudo reconhece a memória como um campo político, no qual se inscrevem disputas, silenciamentos e resistências.

Nesse sentido, dialoga-se com Kilomba (2021), ao entender que permitir que mulheres negras narrem suas próprias trajetórias constitui um ato de ruptura com a lógica colonial de silenciamento, uma vez que a fala passa a ser compreendida como prática de resistência. Assim, as narrativas analisadas são interpretadas a partir de uma abordagem interseccional, considerando que raça, gênero, classe, território e sexualidade se articulam de forma indissociável na produção das experiências relatadas Collins e Bilge (2021). Tal perspectiva metodológica possibilita registrar histórias de vida e compreender como as estruturas de poder atravessam os corpos e os cotidianos das colaboradoras da pesquisa.

4. CONTEXTUALIZANDO O LOCAL

O município de Igarapé-Miri, localizado na região nordeste do estado do Pará, possui uma trajetória histórica marcada pela forte presença da população negra, sobretudo a partir do século XIX, quando a mão de obra escravizada foi amplamente utilizada nas atividades econômicas locais, em especial na produção canavieira e nos engenhos da região. Conforme destaca o historiador David Farias (2021), a participação negra foi determinante para o desenvolvimento econômico, social e cultural do município, embora essa presença tenha sido historicamente silenciada nas narrativas oficiais e nos registros locais

Ao longo do tempo, com o declínio de determinadas atividades rurais e diante das dificuldades enfrentadas no interior do município, especialmente nas áreas ribeirinhas como a região do Rio Anapuzinho, muitos descendentes de africanos passaram a migrar para a zona urbana em busca de melhores condições de vida, como acesso ao trabalho, à educação e à saúde. Esse movimento migratório contribuiu para a configuração de novos espaços urbanos, entre eles o Bairro da África, situado na área central da cidade de Igarapé-Miri, constituindo-se como um importante território de pertencimento negro (Santos, 2020).

Nesse contexto, Igarapé-Miri é um município atravessado por memórias, saberes e práticas culturais construídas coletivamente por seus habitantes. A cidade se forma e se transforma a partir das experiências cotidianas de homens e mulheres negras, cujas trajetórias revelam estratégias de resistência, reinvenção e afirmação identitária frente às desigualdades sociais, raciais e de gênero.

Nesse cenário, o estudo das narrativas de resistência das mulheres negras que vivem em Igarapé-Miri torna-se fundamental para compreender como elas constroem sentidos sobre suas próprias trajetórias e sobre o território que habitam. Essas narrativas permitem analisar as interseccionalidades que atravessam suas experiências e as estratégias mobilizadas no enfrentamento das desigualdades raciais, de gênero e sociais. São relatos que contribuem para tensionar discursos hegemônicos e possibilitar visibilidade à suas histórias de vida.

5. NARRATIVAS:DAS MARGENS PARA RESISTÊNCIA

Este tópico pode ser compreendido a partir das reflexões de Grada Kilomba (2021). Para a autora, as margens representam um espaço de segregação social, mas também um lugar de elaboração crítica, memória e resistência. Nesse sentido, narrar experiências a partir das margens significa descumprir com estruturas coloniais que, durante muito tempo, negaram às populações negras o direito de falar sobre si mesmas e de produzir suas próprias interpretações da realidade.

Nesse aspecto, quando as mulheres negras narram suas trajetórias, há a constituição de uma prática política, pois permite transformar experiências em instrumentos de denúncia e afirmação identitária. Assim, os relatos produzidos por essas mulheres tornam-se formas de resistência frente às violências epistêmicas impostas pelo colonialismo e pelo racismo estrutural. Ao reivindicar a própria voz, deslocam-se da posição de objeto para a condição de protagonistas de suas histórias, produzindo novas possibilidades de existência e reconhecimento social.

Dessa maneira, pensar as narrativas “das margens para resistência” significa reconhecer que os espaços invisibilizados também são espaços de força e transformação social. A escrita, a oralidade e as experiências compartilhadas assumem, portanto, um papel fundamental na construção de identidades e na contestação das hierarquias sociais e raciais que sustentam processos de exclusão.

O ato de narrar vem sendo utilizado ao longo dos anos como uma forma de preservar memórias coletivas, aproximar pessoas da mesma comunidade, introduzir aos costumes de um determinado grupo social e manter tradições. Além disso, é por meio das narrativas que indivíduos exercem o direito de contar sua própria história sem intervenção de terceiros, ou seja, neste ponto, o sujeito dispensa representação, pois é protagonista de suas ações e falas.

Assim, o direito à fala nem sempre foi garantido às mulheres negras, que, ao longo da história, lutaram e continuam lutando para conquistar espaços na sociedade. Marcadas por múltiplas formas de opressão e exploração, suas vozes foram sistematicamente silenciadas, e suas existências, majoritariamente, reduzidas à condição de objeto. Conforme aponta Grada Kilomba (2021), esse silenciamento opera como uma “amordaça”, tanto no sentido literal quanto simbólico, utilizada como estratégia para inibir suas narrativas, subjetividades e formas de resistência.

A questão do silenciamento é uma herança que se estende desde o período colonial escravocrata, seus corpos e movimentos eram controlados por homens e pessoas brancas. Suas vozes eram sistematicamente abafadas tanto em relações familiares quanto na sociedade como um todo, mesmo empurradas para subalternidade resistiam a dinâmica de exploração e subserviência, fugindo,

abortando seus filhos para evitar o sofrimento e que vivessem para exploração, entre outras coisas (Junior, 2019).

Segundo Kilomba (2021) a resistência também está relacionada às narrativas proferidas por aqueles indivíduos que foram marginalizados, trata-se da possibilidade de contar suas histórias sob sua própria perspectiva, levando em consideração as mazelas traumáticas e suas vivências reais, constituindo-se dessa forma, um ato político e resistente.

Diante do exposto, observa-se a relevância de compreender a interseccionalidade enquanto perspectiva capaz de indicar como diferentes marcadores sociais se organizam na produção das desigualdades. Essa compreensão possibilita analisar de maneira mais ampla as vivências de mulheres negras, reconhecendo tanto os processos de marginalização quanto as estratégias de resistência construídas historicamente. Segundo Collins e Bilge (2021, p.23):

Não importa quanto talento tenha, porque a força invisível da gravidade ajuda, logo não precisa se esforçar tanto quanto a equipe azul para marcar o gol. Em compensação, o time azul trava uma batalha constante morro acima para marcar o gol. Pode ter talento e disciplina, mas tem a má sorte em jogar em um campo inclinado.

A citação evidencia que as desigualdades sociais atravessam as trajetórias dos sujeitos de maneiras distintas. A metáfora do “campo inclinado” demonstra que determinados grupos sociais ocupam

posições privilegiadas, encontrando menos obstáculos para alcançar reconhecimento e oportunidades, enquanto outros precisam enfrentar barreiras contínuas impostas por marcadores sociais como raça, gênero e classe. O esforço individual, embora importante, não ocorre em condições iguais, uma vez que as relações sociais são permeadas por assimetrias históricas e institucionais.

Nessa perspectiva, a pesquisa tem a intenção de analisar quais estratégias utilizadas pelas mulheres negras presentes no município de Igarapé-Miri e verificar como são interseccionadas. Trata-se de mulheres que mesmo com condições desiguais, trilharam um percurso de resistência.

A trajetória de Edneia Sena que é formada em matemática e pedagogia, neuropsicopedagoga, especialista em atendimento educacional especializado, mestre pelo programa de pós-graduação em Cidades, Territórios, Identidade e Educação, insere-se em um contexto marcado por desigualdades sociais, raciais e territoriais que atravessam a experiência de muitas mulheres negras no Brasil. Proveniente do interior de Igarapé-Miri, ela e sua família enfrentaram a ausência de oportunidades educacionais em sua localidade, o que levou seus pais a se deslocarem até a cidade em busca de melhores condições para sua formação escolar.

Esse movimento demonstra o valor atribuído à educação como estratégia de mobilidade social e de transformação da realidade familiar. Em seu relato, Edinéia Sena destaca que sua trajetória foi constantemente marcada por desafios, sobretudo por ser uma mulher negra que precisou lutar contra barreiras estruturais para acessar direitos básicos. Assim, sua experiência revela como as intersecções se entrelaçam, configurando percursos atravessados

por desigualdades, mas também por resistência, protagonismo e compromisso com a mudança da própria realidade e de sua família. A colaboradora afirma:

A minha trajetória sempre foi muito árdua porque eu tomei para mim a responsabilidade de mudar a realidade da minha família. E a minha trajetória se fundamentou nisso. Então, o meu objetivo central era esse desde pequena: estudar com o foco de mudar a realidade da minha família (Edneia, fevereiro de 2024).

Essa afirmação indica a construção de um percurso individual, porém, como um projeto coletivo, orientado pelo compromisso com sua família e com a superação das condições históricas de desigualdade que marcam a população negra. No ato de assumir tal responsabilidade, há uma mobilização de estratégias que se inscrevem no cotidiano ressignificando as limitações impostas por sua origem social, racial e territorial.

Sob a perspectiva dos estudos sobre narrativas de mulheres negras, essa postura pode ser compreendida como uma forma de agência, na medida em que a colaboradora se reconhece como pessoa ativa de sua própria história. De acordo com Conceição Evaristo (2020), por meio da escrevivência, as mulheres negras transformam suas experiências individuais e coletivas em narrativas de resistência, nas quais a memória, a luta e o desejo de transformação social ocupam lugar central. Nesse sentido, o relato da colaboradora expressa uma escrita da vida marcada pela valorização da educação como estratégia de enfrentamento às desigualdades e de construção de

novos horizontes para si e para sua família. Um processo fundamentado na valorização da educação como instrumento de transformação social e familiar.

Logo, o esforço e dedicação para vencer na vida não se limita à busca por ascensão social, mas configura-se como um ato político de resistência. De acordo com Bell Hooks (2013), em *Ensinando a Transgredir*, a educação, quando orientada por uma perspectiva crítica, constitui-se como uma prática de liberdade, capaz de questionar e transformar estruturas opressoras. Assim, ao priorizar os estudos como estratégia de mudança da realidade familiar, há o enfrentamento das desigualdades produzidas pelo racismo, pelo sexismo e pela marginalização territorial, reafirmando seu direito ao conhecimento, à mobilidade social e à construção de novos projetos de vida.

Além disso, sua narrativa destaca como a resistência se manifesta de forma contínua e silenciosa, marcada pela persistência e redefinição de expectativas sociais:

Hoje eu estou fazendo parte de um programa de mestrado, isso me deixa muito honrada e faz com que eu proporcione orgulho para minha família, porque a trajetória, ela não foi fácil é muito sofrimento no decorrer de toda história estudantil (Edneia Sena, fevereiro de 2024).

O relato exemplifica que a chegada de mulheres negras à pós-graduação resulta de trajetórias marcadas por dificuldades históricas

e desigualdades sociais. Nilma Lino Gomes (2017), aponta que a educação ocupa um papel central nos processos de emancipação da população negra, especialmente quando possibilita a destruição de limites socialmente impostos. Dessa forma, a inserção no mestrado ultrapassa a dimensão individual, tornando-se também uma conquista coletiva e simbólica, capaz de ressignificar lugares negados às mulheres negras.

Nesse aspecto, observa-se o protagonismo de uma mulher negra que lutou para sair das margens e do silêncio, pois agora atua como figura notável, ocupando espaços de visibilidade e produzindo saberes a partir de suas vivências. Reivindicando seu lugar fora da vulnerabilidade e ao mesmo tempo, ocasionando transformação em seu cenário social.

Nessa mesma sintonia, a trajetória de Olaiza Quaresma deixa evidente como a educação se constitui como uma ferramenta de emancipação e resistência para as mulheres negras. Historiadora e mestre em Educação e Cultura pela Universidade Federal do Pará, ela construiu sua formação acadêmica a partir de uma vivência marcada por desafios estruturais, raciais e territoriais, transformando sua própria experiência em fonte de conhecimento e intervenção social.

A mobilização de um município para o outro com o objetivo de estudar configurou-se como um movimento de coragem, persistência e enfrentamento das desigualdades que limitam o acesso das mulheres negras aos espaços acadêmicos. Ao acreditar na própria formação, Olaiza reafirmou a educação como projeto de vida e como estratégia coletiva de transformação, ressignificando

sua trajetória e fortalecendo sua atuação como pesquisadora, educadora e agente social em seu território.

Nesse sentido, a colaboradora ressalta:

São muitos desafios que a gente enfrenta, principalmente quando a gente quer estudar e buscar melhorias. Naquele período foi difícil para mim. Eu nunca tinha saído de perto da minha família. Então ir até Mocajuba que eu não conhecia, para mim foi difícil, confesso que fiquei um pouco com medo. Mas depois a gente vai se acostumando. (Olaiza Quaresma, fevereiro de 2024).

Essa narrativa ratifica como o território atua como um marcador interseccional fundamental na trajetória de mulheres negras, sobretudo aquelas oriundas de municípios do interior amazônico. O deslocamento é uma mudança espacial que envolve rupturas afetivas, inseguranças emocionais e desafios materiais, revelando as desigualdades históricas no acesso à educação entre os centros urbanos e as periferias territoriais.

A distância da família, a ausência de redes de apoio e o desconhecimento do novo espaço intensificam as vulnerabilidades vivenciadas por mulheres negras em processos de mobilidade educacional. Nesse contexto, o território deixa de ser apenas um lugar de origem e passa a constituir-se como elemento estruturante de suas experiências, atravessado por relações de poder, exclusão e

resistência, que impactam diretamente suas possibilidades de permanência e sucesso acadêmico.

Considerando o relato da colaboradora, as contribuições de Kimberlé Crenshaw (2002) tornam-se fundamentais para o entendimento de como distintas categorias de opressões atravessam simultaneamente as trajetórias das mulheres negras. Ao desenvolver o conceito de interseccionalidade, a autora esclarece que raça, gênero, classe e território não atuam separadamente, porém, agem na perpetuação das desigualdades.

Assim, a colaboradora afirma que os desafios enfrentados no percurso educacional não se restringem à distância geográfica ou às barreiras de acesso ao ensino, todavia, trata-se de um campo interseccionado. Onde o medo, a insegurança e a ruptura com os vínculos familiares indicam como os processos de mobilidade educacional podem intensificar vulnerabilidades sociais.

A terceira entrevistada, Natalia Cardoso, relatou como a resistência da mulher negra se materializa também por meio da valorização da cultura, da memória e das práticas alimentares amazônicas. Nascida em Igarapé-Miri e criada na PA-151, precisou mudar para capital para estudar, a colaboradora constrói sua trajetória articulando identidade, território e ancestralidade através da gastronomia paraense, especialmente por meio do projeto “Vivências do Café Regional”. De acordo com a colaboradora “meu trabalho me liga a vários pontos, que é essa questão também da resistência. Porque eu trabalhando a culinária paraense, é eu estar existindo e resistindo e dizendo, eu estou aqui”

Em sua afirmação “trabalhar a culinária paraense é existir e resistir”, Natalia pontua que sua atuação profissional ultrapassa o âmbito econômico, constituindo-se como prática de afirmação cultural e política diante das múltiplas formas de invisibilização historicamente impostas às mulheres negras amazônicas.

A fala da colaboradora demonstra que gênero, raça, classe e território se entrecruzam em sua vivência enquanto mulher negra amazônica, trabalhadora e produtora cultural. Assim, sua resistência se constrói justamente na permanência e valorização de saberes historicamente marginalizados, sobretudo aqueles vinculados às tradições culinárias e culturais da região amazônica.

É possível observar os operadores mencionados por Kimberlé Crenshaw (2002) agindo nas experiências da colaboradora, uma vez que precisou se deslocar de sua localidade para estudar, ou seja, saiu do interior para viver na capital e mesmo com as opressões que a cercam, a mulher negra buscou estratégias para prosseguir.

Além disso, a experiência relatada dialoga com as reflexões de Lélia Gonzalez (2020), especialmente quando a autora destaca a importância da cultura negra como espaço de resistência e produção de conhecimento. Para Gonzalez (2020), as práticas culturais desenvolvidas pela população negra representam formas de sobrevivência e enfrentamento às estruturas racistas da sociedade brasileira. Dessa maneira, ao promover a culinária paraense como expressão de identidade e pertencimento, Natalia reafirma a presença da mulher negra em espaços historicamente atravessados pela exclusão social e epistêmica.

A narrativa também pode ser relacionada às discussões de Grada Kilomba (2021) acerca da ocupação de lugares de fala e da reconstrução da subjetividade negra. Quando a colaboradora afirma “eu estou aqui”, sua fala expressa reivindicação de visibilidade, reconhecimento e existência social. Nesse contexto, a gastronomia torna-se linguagem de resistência, memória e afirmação identitária, permitindo que a mulher negra ocupe espaços de protagonismo e ressignifique experiências historicamente marcadas pelo silenciamento.

Desse modo, o relato evidencia que a resistência da mulher negra em Igarapé-Miri também se concretiza na preservação cultural, na valorização dos saberes tradicionais e na construção de trajetórias que reafirmam identidade, pertencimento e ancestralidade.

Assim:

Quando eu vi que meu trabalho estava sendo reconhecido. Ele estava sendo visto, isso me trouxe alegria porque eu poderia contagiar outras mulheres ao meu redor. Eu fiz alguns cursos, me formei, hoje em dia além de eu trabalhar com meu projeto da vivência do café regional. Também sou personal chefe. (Natalia Cardoso, março de 2024)

A colaboradora realizou cursos, se formou e ampliou sua atuação profissional como “personal chef”, isso demonstra como a qualificação profissional também se constitui como estratégia de resistência e mobilidade social. Nesse contexto, sua narrativa dialoga

com as reflexões de Nilma Lino Gomes (2017), ao destacar que as mulheres negras transformam os espaços educativos e profissionais em territórios de afirmação identitária e produção de novas possibilidades de existência. Nesse caso, a valorização das trajetórias negras contribui para o enfrentamento das desigualdades raciais e para a construção de práticas emancipatórias.

O relato indica a importância da representatividade, uma vez que seu percurso inspira outras mulheres a reconhecerem suas próprias potencialidades. Quando menciona que poderia “contagiar outras mulheres ao seu redor”, Natalia apresenta uma compreensão coletiva da resistência, marcada pelo incentivo mútuo, pela partilha de saberes e pela construção de redes de fortalecimento feminino negro. Dessa forma, sua trajetória reafirma que resistir também significa ocupar espaços, produzir conhecimento, preservar a cultura amazônica e abrir caminhos para que outras mulheres negras possam sonhar, permanecer e ser reconhecidas socialmente.

Nesse contexto, a interseccionalidade possibilita compreender que essas experiências não devem ser analisadas de forma fragmentada, pois os marcadores sociais se cruzam e produzem condições específicas de exclusão. Entretanto, tais trajetórias também revelam estratégias de resistência e permanência construídas por essas mulheres diante das barreiras impostas pelas estruturas sociais. Dessa maneira, suas narrativas tornam-se fundamentais para evidenciar tanto as desigualdades historicamente produzidas quanto as formas de enfrentamento desenvolvidas em busca do acesso e da permanência na educação.

6. CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, desde o início da pesquisa atentou-se para não reproduzir o costume de dar voz as mulheres, porém, em ouvir atentamente cada integrante afim de compreender a comunidade referida no título do texto. Por tanto, a intenção não é representá-las, mas ser uma ponte para que suas trajetórias sejam discutidas no campo acadêmico de formação e fora dele. Logo, os textos teóricos foram imprescindíveis para a construção do trabalho, pois antes do envolvimento entre sujeita moradora de Igarapé-Miri no papel de pesquisadora, foi necessário despertar um olhar atento para a realidade (Oliveira, 1996).

A respeito dos diálogos construídos no decorrer da pesquisa, ressalta-se que a história precisa ser vista de baixo para cima, ouvindo pessoas que por anos foram silenciadas e lutam contra a invisibilidade, suas vozes precisam ecoar até que se destrua as bases de opressão formadas por pessoas que vivem em detrimento de outros (Thompson, 1998).

Por fim, as narrativas interseccionadas são histórias que estão conectadas, visualizadas não somente de uma ótica, mas de diferentes pontos que de uma certa forma se cruzam e compartilham questões similares. É o caso das mulheres que se disponibilizaram a colaborar com a pesquisa e tantas outras que vivenciam cotidianamente as categorias de opressões mencionadas por Collins e Bilge (2021), por isso, narrar é abrir espaço para discussões e visibilidade sobre a temática.

Em virtudes dos fatos mencionados, a pesquisa possibilitou a construção de um material utilizado em algumas escolas do município de Igarapé-Mir como instrumento para reflexões a respeito da interseccionalidade e a atuação das mulheres negras

nos espaços de construção social. Por seguinte, o documentário, não guarda apenas imagens, áudios ou vídeos, ele apresenta significado ligado diretamente ao cotidiano de uma determinada comunidade, através dele é possível incentivar o pensar crítico dos indivíduos ou mesmo, um olhar mais sensível e interseccional para a realidade socioeducacional vivenciada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Ana Carla Farias; ALVES, Ana Karina da Silva. As trajetórias e lutas do movimento feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres. **IV Seminário CETROS**, 2013.

COLLINS, Patricia Hill. *Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro*. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé Crenshaw. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE JESUS, Carolina Maria; DANTAS, Audálio; TEIXEIRA, Alberto. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. Livraria F. Alves, 1960.

EVARISTO, Conceição. *A escrevivência e seus subtextos*. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). *Escrevivência: a escrita de nós – reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-46.

FARIAS, David Rodrigues. *O comércio de escravizados no Vale do Tocantins/PA, 1842–1887*. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos*. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, ANPOCS, p. 223-244, 1984.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

Hooks, Bell. *Não serei eu uma mulher? Mulheres negras e feminismo*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

JUNIOR, Itamar Vieira. **Torto arado**. Todavia, 2019.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação. Episódios de Racismo Cotidiano* Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

SANTOS, Olaíza Quaresma dos. **Cultura, identidade e gênero no Bairro da África: história, memórias e saberes de descendentes**

de negros migrados do Rio Anapuzinho. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) – Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Tocantins, Cametá, 2020.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum; revisão técnica Antonio negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes.* **São Paulo: Companhia das Letras**, p. 271, 1998.

TRUTH, Sojourner. *Ain't I a Woman?* Discurso proferido na Convenção dos Direitos das Mulheres, Akron, Ohio, 1851.

¹ Mestranda em Educação e Cultura (PPGEDUC) pela Universidade Federal do Pará. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA/PPGEDUC. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)